

| <b>Dados do Projeto de Pesquisa</b>   |   |
|---|---|
| <b>Título do Projeto de Pesquisa:</b>   | A atuação do egresso da Universidade Federal do Cariri: uma análise de 2013 a 2018 no Campus Juazeiro do Norte                                |
| <b>Grande área/área segundo o CNPq (<a href="https://goo.gl/JB3tAs">https://goo.gl/JB3tAs</a>):</b> | Comunicação e Informação  |
| <b>Grupo de Pesquisa vinculado ao projeto:</b>  | Centro de Estudos e Pesquisa em Jornalismo (CEPEJOR/UFCA)   |
| <b>Linha de pesquisa do grupo de pesquisa vinculado ao projeto:</b>                                 | Jornalismo, Educação e Cidadania.   |
| <b>Categoria do projeto:</b>  | ( ) projeto em andamento, já cadastrado na PRPI<br>( ) projeto não iniciado, mas aprovado previamente<br>(X) projeto novo, ainda não avaliado |
| <b>Palavras-chave:</b>  |   |

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco a problemática da expansão da educação superior no Brasil. Dada a amplitude do tema, discutiremos a questão tal como preconizada nos documentos divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) que tratam sobre o assunto: o Decreto Presidencial nº 6096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). No entanto, não abordaremos o Programa Prouni, visto que a nossa intenção é avaliar os reflexos da expansão e interiorização da educação superior federal a partir da criação de cursos superiores.

Em 2017, completaram-se dez anos da política pública social de expansão do ensino superior e da sua implantação no Brasil. Porém, conforme Gomes<sup>1</sup>, o processo iniciou-se no período que antecedeu o término da segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, de 1999 a 2003. O Plano Plurianual, aprovado pelo Congresso Nacional à época, refletia, em quase sua totalidade, os pontos derivados das discussões da reestruturação produtiva mundial. Destacam-se seus eixos mobilizadores, que deveriam orientar os programas estratégicos em cada ministério e para cada setor do governo: 1) consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado; 2)

---

<sup>1</sup> LIMA, Paulo Gomes. Políticas de Educação Superior no Brasil na primeira década do século XXI: Alguns cenários e leituras. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219125744006>>. Acesso em 29 jan. 2018.

promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda; 3) combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social; 4) consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos; 5) reduzir as desigualdades inter-regionais; 6) promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação. Acreditamos serem estes os eixos balizadores da criação do Programa Reuni, entre outros que visavam à democratização do acesso à educação superior como política pública social no interior do Brasil. Esses eixos não foram implantados no governo FHC, e sim no governo posterior, de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

### **O conceito de políticas públicas sociais versos a educação**

Esse resgate histórico da expansão do ensino superior é necessário para compreendermos as pontuações e a abrangência das políticas públicas sociais na área educacional e ações governamentais quanto à democratização do acesso e que, certamente, delimitou parte da estruturação do PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação] por meio do Decreto N° 6094 de 24/04/2007 “Todos pela Educação”, as Diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos IFETS [Decreto N° 6095 de 24/04/2007] e do Decreto N° 6096 de 24/04/2007 que instituiu o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. À luz dessas políticas públicas sociais, discutiremos os reflexos da expansão e democratização do acesso à educação superior para a realidade do egresso de cursos surgidos por meio do Reuni.

No campo da Ciência Política, existem duas definições clássicas que são úteis para compreender o que são políticas públicas sociais. A primeira é de Bruno Jobert e Pierre Mueller (1987) que definem: “política pública é o Estado em ação”. Embora o Estado apareça como um agente central dentro desta concepção, tal abordagem não deve remeter à falsa conclusão de que toda política pública deve ser estatal, mas sim que uma política só é pública a partir do momento em que o Estado participa como um agente importante (Castro, 2008, p.66). O Estado é fundamental na mobilização e articulação dos diferentes interesses (setor privado, sociedade civil, etc) envolvidos nas políticas públicas. É determinante que, seja na formulação, seja na definição do marco regulatório da sua implementação – não importando se ela terá lugar dentro ou fora do Estado.

A segunda definição está mais ligada ao conceito de política social e foi formulada

por T.H. Marshall (2002). Os referenciais do autor estão no campo da democracia liberal e da socialdemocracia, a partir de uma abordagem não marxista, e, ainda que antiga, sua definição permanece atual. De acordo com Marshall, política social é todo bem produzido para promover as coletividades em diferentes campos. Nesse sentido, educação, saúde, habitação, transporte, saneamento básico, trabalho, emprego, dentre outros bens que dizem respeito à promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano são consideradas políticas sociais. Esta definição deu origem a um grande campo de estudos, especialmente em relação ao Estado de bem-estar social (Welfare State).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das Políticas Públicas Sociais do Governo Federal do Brasil com ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. De acordo com o Ministério da Educação do Brasil (2017), a necessidade de expansão da Educação Superior no país era premente, visto que, em média nacional apenas 24,31 % dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público.

Essa expansão atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei Nº 10.172/2001 com a interiorização/regionalização dos campi das universidades federais ampliou o acesso ao Ensino Superior público e gratuito no Brasil, bem como contribuiu para a regionalização e interiorização da oferta de vagas em todo o país, além do desenvolvimento regional das cidades sede das novas universidades e campi. Nesse processo, que compreende dois momentos: 1) a expansão fase I e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) -, quando foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, os quais possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos, inicialmente, pelos números do Programa de Expansão Fase I das universidades federais, iniciado em 2003, e em seguida pelos resultados do Programa Reuni, que teve seu início de implantação em 2008 e com conclusão prevista para 2012. Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso

e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e aperfeiçoar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

O Programa Reuni também elencou como principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas. A seguir, pode-se visualizar a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação:



Fonte: <http://reuni.mec.gov.br/>

Desse modo, de 1808 a 2002, no Brasil, existiam 148 campi de universidades federais, instalados em 114 municípios. Já em 2010, após a primeira etapa da expansão, o número saltou para 274 (um aumento percentual de 85%), abrangendo 230 municípios (um aumento de 101%). A expectativa é de que, até 2014, dez anos depois do início do Programa de Expansão, os números de campi chegassem a 321, o que corresponderia um aumento de 116% em relação ao número existente no Brasil desde a fundação da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), em 1808, por Dom João VI (logo depois de

a família real portuguesa desembarcar em Salvador-BA), até 2002, atingindo um total de 275 municípios.

### **A história e processo de criação da UFCA**

A adesão da Universidade Federal do Ceará – UFC ao Reuni deu-se na segunda chamada do Ministério da Educação: 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008. Nesse cenário, a Universidade Federal do Ceará encontra-se, como uma das mais de 50 Universidades públicas que aderiram ao REUNI, visando à captação de recursos para sua expansão e melhoramento de suas atividades como entidade de ensino superior. Já a Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi criada pela Lei 12826, de 05 de junho de 2013<sup>2</sup>, a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará, campus avançado na Região do Cariri cearense, Sul do Ceará, e, em funcionamento desde 22 de novembro de 2005.

O campus do Cariri havia surgido por meio do Programa e Expansão do Sistema Federal de Educação Superior, na região Sul do Ceará, distante 530 km da capital, Fortaleza. Com natureza jurídica de autarquia, a UFCA é vinculada ao Ministério da Educação e está sediada em Juazeiro do Norte. A universidade é composta por quatro Campi. No Campus de Juazeiro do Norte onde funcionam nove cursos de graduação (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Design de Produtos e Design, Filosofia, Administração Pública, Música, Letras/Libras, Matemática Computacional, Ciência da Computação, Ciências Contábeis e Jornalismo) e os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Mestrado Profissional em Matemática.

No Campus de Barbalha funciona o curso de graduação em Medicina e o Mestrado em Biologia Molecular e, no Campus do Crato, o curso de graduação em Agronomia e a especialização em Permacultura. Os Campi de Brejo Santo começou a funcionar a partir do segundo semestre de 2014. Segundo a missão da UFCA constante no PDI, <sup>3</sup>Plano de

---

<sup>2</sup> De acordo com o Ministério da Educação (2013), a ex-presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 05 de junho de 2013, a lei que criou mais quatro universidades federais no país: a do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), do Oeste da Bahia (UFOB), do Sul da Bahia (UFESBA) e do Cariri (UFCA), no Ceará. Segundo o MEC, no ano de 2002, havia *campi* de universidades federais em 114 municípios, número que passou em 2013 para 275. As novas instituições de ensino superior no Norte e Nordeste do país teriam papel relevante na redução das desigualdades regionais.

<sup>3</sup> **O Documento Final do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri (PDI UFCA 2020)** foi aprovado em 06 de julho de 2017, durante a 28ª reunião extraordinária do Conselho Superior Pro Tempore da UFCA. O documento, elaborado colaborativamente com todos os setores, sob a

Desenvolvimento Institucional (2016 – 2020), suas ações baseiam-se em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e têm como objetivo promover a inclusão social e o desenvolvimento regional.

A construção do *campus* de Juazeiro começou em 2006, quando foi edificada a primeira etapa com a construção dos laboratórios (Química, Física, Engenharia de Materiais e Construção Civil) e salas de aula em dois blocos. A edificação ficou pronta em 2008. Já a segunda etapa, também com dois blocos, erguida em 2009, abrigou salas de aula e biblioteca. A terceira etapa, entregue em 2010, contém laboratórios, auditório e salas de aula. Na quarta etapa, concluída em 2012, foram edificadas salas de aula para os cursos de Design de Produtos, Jornalismo, Engenharia de Materiais, além de laboratórios e um auditório. Em 2006, no *campus* de Juazeiro do Norte, funcionavam os cursos de Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Filosofia com apenas 127 alunos. Em 2013, com a expansão e a criação de novos cursos, o número de alunos matriculados saltou para 1.763, conforme dados da Pró-reitoria de Ensino – PROEN da UFCA. Em Crato, no curso de Agronomia, foram matriculados, em 2013, 222 alunos e, na Faculdade de Medicina, em Barbalha, 359.

A Universidade Federal do Cariri completou quatro anos de existência, em junho 2017. Dos 65 servidores técnico-administrativos em 2013 para 279 e de 193 servidores docentes para 240 atualmente, um aumento de quase 100% no quadro funcional, crescimento realizado através de um grande concurso para técnicos e vários concursos para docentes. De acordo com a comunicação institucional da UFCA, essa expansão fez com que o orçamento de salários e benefícios passasse de pouco mais de 20 milhões de reais anuais para uma previsão de quase 50 milhões em 2017, recursos que impulsionam diretamente a economia local da Região do Cariri e as suas principais cidades: Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Além dos recursos financeiros injetados na economia da região, atraíram mais de 80 profissionais com doutorado, 130 com mestrado e 80 com especialização, oriundos do Cariri e de vários estados do País. Totalizando mais de 500 servidores, entre docentes e técnico-administrativos e 2.425 alunos.

O projeto da lei de criação da UFCA delineia os primeiros eixos norteadores da Instituição: a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito, condição

---

coordenação da Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), traça as ações da UFCA de 2016 a 2020.

essencial para o desenvolvimento regional. O acesso e a permanência dos estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica através da ampliação, aprimoramento e regulamentação de bolsas e auxílios voltados para a assistência estudantil, viabilizaram a igualdade de oportunidades e contribuíram para a melhoria do desempenho acadêmico. Destacando a inclusão social na nova universidade, cerca de 900 alunos são atendidos pela política de Assistência Estudantil.

## **2. OBJETIVOS**

Objetivo Geral: Desenvolver um estudo da atuação dos egressos dos Cursos do Campus Juazeiro do Norte da Universidade Federal do Cariri entre os anos 2013 a 2018.

Objetivos específicos:

- 1). Analisar o atendimento das matrizes curriculares dos nove projetos pedagógicos dos cursos do Campus Juazeiro do Norte (Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Jornalismo, Design do Produto, Filosofia, Música, Engenharia Civil e Engenharia de Materiais);
- 2). Pesquisar, por meio da Plataforma Lattes, o perfil e a produção científica nos últimos cinco anos (2015 – 2019) dos docentes dos cursos, a fim de verificar a possibilidade de criação de novos programas de pós-graduação no interior do País;
- 3) Investigar a infraestrutura laboratorial especializada dos cursos do Campus Juazeiro do Norte na Universidade Federal do Cariri, a fim de verificar o impacto na formação dos egressos;
- 4). Criar uma plataforma no formato de mapa digital (digital map) com os dados gerais (número de vagas, quadro docente, geolocalização, nome da instituição) dos cursos do Campus Cariri da UFCA, com sistema de acesso aberto (open access), a ser inserida no site do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Pesquisa em Jornalismo (CEPEJOR/UFCA): [cepejor.ufca.edu.br](http://cepejor.ufca.edu.br);

## **3. METODOLOGIA**

A pesquisa de caráter exploratório, se utilizará da técnica de pesquisa qualitativa, com coletas de dados nos PPC's (Projetos Pedagógicos de Curso) e Matrizes Curriculares em vigência nos 09 novos cursos das Universidades Federais do Cariri criados pelo Programa de interiorização e expansão das universidades federais, a fim de desenvolver uma cartografia da interiorização da formação superior, a partir de programas institucionais do Governo Federal de incentivo à interiorização e expansão das

universidades.

A essência desse método consiste justamente na interação entre a equipe de pesquisadores do projeto e as universidades pesquisadas, o qual objetiva colher dados específicos e diretivos (perfil do egresso, infraestrutura laboratorial, contextualização da localização das cidades sede e perfil da produção científica docente). Como técnica de pesquisa qualitativa, a equipe de pesquisadores verificará, de forma exploratória, os dados constantes na Plataforma Lattes, site do IBGE, sites institucionais e dos cursos (caso houver) e no site do e-MEC, com o objetivo de se obter informações a respeito dos conteúdos das publicações científicas docentes, matrizes curriculares, quantitativo de docentes, formação docente (mestrado, doutorado), regime de trabalho, infraestrutura laboratorial constante nos projetos pedagógicos de cursos e uma contextualização da imprensa local, nas cidades sede dos cursos e seu entorno, a fim de verificar o impacto da formação superior em Jornalismo para cada região atendida pelos cursos criados pelo Reuni.

#### **4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS OU DE INOVAÇÃO DO PROJETO**

Pretende-se realizar uma avaliação pormenorizada sobre a formação dos egressos dos 09 cursos do Campus da UFCA e indicar as considerações importantes e indispensáveis para a qualidade do Ensino Superior Público na atualidade. Alguns apontamentos devem merecer destaque, visto que atingem pontos nevrálgicos dos processos de ensino-aprendizagem e de administração escolar e apontarão caminhos para uma constante melhoria da qualidade e consolidação do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro das Instituições de Ensino Superior Federal. Um dos primeiros elementos deverá destacar o reconhecimento da necessidade permanente de aproximação entre a teoria e a prática de formação dos egressos, que os cursos precisam estar atentos para a necessidade de aliar a formação teórica às atividades práticas inerentes aos cursos, oportunizando, assim, experiências de prática profissional e de inserção no mercado de trabalho. Além de dados necessários ao conhecimento da formação profissional, tendências e expectativas do egresso, professores e corpo acadêmico no geral. Com isso, espera-se traçar um panorama da realidade dos cursos criados sob a perspectiva de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil.



A metodologia utilizada é de cunho quantitativo e qualitativo. Para atingir as metas do estudo, foram considerados dois instrumentos como determinantes: a) questionário on-line direcionado ao egresso do Curso; b) mapeamento dos locais de atuação dos egressos da UFCA em Juazeiro do Norte.

O instrumento de coleta será criado pela equipe de investigadores desta pesquisa. Ao questionário elaboraram-se perguntas fechadas, condicionantes ao nível de resposta do inquirido e ao final, uma pergunta aberta. Consideraram-se consistências lógicas entre as perguntas, que garantiram a qualidade na análise da coleta de dados. Estudaram-se, anteriormente, alguns modelos de questionários desenvolvidos pela Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e por pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (TMT/UFSC).

## **5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO**

### **1º MÊS DE ATIVIDADE**

Leitura dos documentos: Diretriz Curricular, Lei de Expansão do Ensino Superior no Brasil e sua interiorização, Processos de Avaliação de Cursos Superiores, SINAES: da concepção à regulamentação (Editado pelo MEC).

### **2º MÊS DE ATIVIDADE**

Levantamento dos dados históricos e legislação de criação e avaliação dos cursos de Educação Superior no Brasil, dos cursos criados pelo Reuni (2000 a 2010), o sistema de avaliação, por meio de dados da Comissão Permanente de Avaliação de cada IES e do INEP.

### **3º MÊS DE ATIVIDADE**

Levantamento dos dados históricos e legislação de criação e avaliação dos cursos de Educação Superior no Brasil, dos cursos criados pelo Reuni (2000 a 2010), o sistema de avaliação, por meio de dados da Comissão Permanente de Avaliação de cada IES e do INEP.

### **4º MÊS DE ATIVIDADE**

Criação de plataforma no formato de mapa digital para abarcar um banco de dados sobre o perfil do egresso. Primeiros levantamentos da situação profissional do estudante em Juazeiro do Norte.

#### **5º MÊS DE ATIVIDADE**

Criação de plataforma no formato de mapa digital para abarcar um banco de dados sobre o perfil do egresso. Primeiros levantamentos da situação profissional.

#### **6º MÊS DE ATIVIDADE**

Criação de plataforma no formato de mapa digital para abarcar um banco de dados sobre o perfil do egresso. Primeiros levantamentos da situação profissional do estudante.

#### **7º MÊS DE ATIVIDADE**

Criação de plataforma no formato de mapa digital para abarcar um banco de dados sobre o perfil do egresso. Primeiros levantamentos da situação profissional.

#### **8º MÊS DE ATIVIDADE**

Análise e categorização dos dados (matrizes curriculares, perfil e produção docente, infraestrutura laboratorial e contextualização da cidade, sede dos cursos)

#### **9º MÊS DE ATIVIDADE**

Análise e categorização dos dados (matrizes curriculares, perfil e produção docente, infraestrutura laboratorial e contextualização da cidade sede dos cursos)

#### **10º MÊS DE ATIVIDADE**

Análise e categorização dos dados (matrizes curriculares, perfil e produção docente, infraestrutura laboratorial e contextualização da cidade sede dos cursos)

#### **11º MÊS DE ATIVIDADE**

Análise e categorização dos dados (matrizes curriculares, perfil e produção docente, infraestrutura laboratorial e contextualização da cidade sede dos cursos)

#### **12º MÊS DE ATIVIDADE**

Levantamento bibliográfico dos seguintes conceitos: evasão escolar, retenção de alunos no ensino superior e reprovação.

### **13º MÊS DE ATIVIDADE**

Levantamento bibliográfico, leitura e fichamento dos seguintes conceitos: evasão escolar, retenção de alunos no ensino superior e reprovação.

### **14º MÊS DE ATIVIDADE**

Levantamento bibliográfico, leitura e fichamento dos seguintes conceitos: evasão escolar, retenção de alunos no ensino superior e reprovação.

### **15º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita do relatório parcial da pesquisa

### **16º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita do relatório parcial da pesquisa

### **17º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita do relatório parcial da pesquisa

### **18º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita de artigo científico da pesquisa

### **19º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita de artigo científico da pesquisa

### **20º MÊS DE ATIVIDADE**

Escrita de artigo científico da pesquisa

### **21º MÊS DE ATIVIDADE**

Organização de textos e dados coletados no formato de livro eletrônico sobre a pesquisa.

### **22º MÊS DE ATIVIDADE**

Organização de textos e dados coletados no formato de livro eletrônico sobre a pesquisa.

### **23º MÊS DE ATIVIDADE**

Produção de artigo final

### **24º MÊS DE ATIVIDADE**

Produção e apresentação de artigo final

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – ANDIFES. **Portal andifes.org.br**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/>>. Acesso em 10 abril de 2018.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. **Portal planalto.gov.br**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm)>. Acesso em 08 fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 1, de 24 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. **Portal mec.gov.br**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 23 de jan de 2018.

BRASIL. Poder Executivo. Lei n. 9.276, de 9 de maio de 1996. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências. **Portal planalto.gov.br**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9276.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9276.htm)>. Acesso em 12 de jan de 2018.

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING. **Portal espm.br**. Disponível em: <<http://www.espm.br/>>. Acesso em 12 de out de 2017.

FRIEDMAN, John. General Theory of Polarized Development. 1972. In: STAMM, Cristiano et al. **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil**. Campo Grande, MS: Interações, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2018. **Acesso em 5 de nov de 2017.**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Portal ceara.gov.br**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/>>. Acesso em 10 de nov de 2017.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio Ipea, IBGE, Unicamp/IE/Nesur.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219125744006>>. **Acesso em 29 jan. 2018.**

MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: MARSHALL, T. H. e BOTTOMORE, Tom. **Citizenship and Social Class**. Chicago: Pluto Classic (reimpr.), 1996, p. 3-51. **Cidadania e Classe Social** [Ed. atual trad. e rev. Por EaD/CEE/MCT], 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Portal [ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso de 12 de fev de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Portal [ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 12 de feve de 2018.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. L'état en action. Paris: PUF, 1987. In: ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-10, fev. 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/RJHCrD>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal [emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.emec.mec.gov.br/>>. **Acesso de 12 de fev de 2017**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal [mec.gov.br](http://www.mec.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. **Acesso em 08 de set de 2017**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal [reuni.mec.gov.br](http://www.reuni.mec.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br/>>. **Acesso em 08 de set de 2017.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal [sisu.mec.gov.br](http://www.sisu.mec.gov.br/)**. Disponível em: <<http://www.sisu.mec.gov.br/>>. **Acesso em 08 de set de 2017.**

MOTTA, Diana. Brazil impact evaluation report. Learning from best practices in five urban projects. Washington D.C.: The World Bank, Operations Evaluation Department, 1997 (Ipea/CGPU Technical Note) In: MOTTA, Diana.; MATTA, Daniel. **Crescimento das cidades médias**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Reforma e desafios da educação superior: O Processo de Bolonha dez anos depois. Disponível em: [http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1\\_artigo\\_clarissa-neves.pdf](http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1_artigo_clarissa-neves.pdf). Acesso em: 30 nov. 2017.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias elos do urbano regional e do público privado. In: THOMPSON, Almeida Andrade; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Portal [ufca.edu.br](http://www.ufca.edu.br/)**. Disponível em: <<http://www.ufca.edu.br/>>. Acesso em 10 de ago de 2017.

